

## Valorizando a Nossa História

*"Sou especialista da curiosidade não especializada"*

(Agostinho da Silva, Pensamento à Solta, in Textos e Ensaios Filosóficos II, p. 160)

Tem sido verdadeiramente impressionante a forma como a comunidade tem conjugado esforços para as Comemorações dos 500 Anos de Foral em Alhos Vedros. Têm sido múltiplos e de reconhecido valor o conjunto de eventos que ao longo de todo o ano têm vindo a ser organizados pelas várias instituições que constituem a Comissão Organizativa destas Comemorações. Por isso, parabéns a todos.

Entretanto, nós, o grupo que se juntou a convite do CACAV para pensar estas Comemorações, vamos iniciar a 7ª e última Conferência, completando o conjunto de comunicações que nos propusemos organizar, entre outras realizações que agora não vêm aqui ao caso.

O que se pretende com esta conferência "Valorizando a Nossa História" é destacar alguns nobres episódios da história de Alhos Vedros e da região em que se integra, de forma a melhor podermos compreender a sua riqueza, o seu valor, porque não nos parece que até agora lhe tenha sido dado o destaque que ela merece. Aqui abordaremos o período áureo de Alhos Vedros como um dos lugares de maior centralidade da região que vai desde o início da formação de Portugal até meados do século XVI.

Assim, o nosso principal objetivo consiste aqui em relevar algumas curiosidades de significativa importância histórica que nos permitam a todos uma ação mais efetiva no futuro. Neste sentido, iremos desenvolver um conjunto de questões que nos permitam justificar essa nossa referida pretensão.

### **1ª Questão:**

#### **Quando nasceu Alhos Vedros? Qual é a verdadeira idade de Alhos Vedros?**

De acordo com os textos disponíveis, podemos dizer que os documentos escritos mais antigos que se conhecem sobre Alhos Vedros são da segunda metade do século XIII, numa altura relativamente próxima da definitiva conquista de Palmela por D. Sancho I (1205), filho de D. Afonso Henriques, o primeiro Rei de Portugal.

Isto permite-nos pensar que a história do lugar de Alhos Vedros se pode começar a traçar, pelo menos, a partir de uma altura muito próxima da formação de Portugal, e que se vai desenvolvendo com ele. Até agora, não existem documentos ou vestígios arqueológicos seguros que nos permitam afirmar que Alhos Vedros já existisse durante o período árabe.

Sabemos, no entanto, por pesquisas arqueológicas feitas na nossa região que existem vestígios da ocupação humana que vão, pelo menos, até ao Paleolítico, ou seja, há 30 mil anos atrás.

Como diz António Gonzalez, “Na campanha de prospeções sistemáticas do Concelho da Moita e na zona da Baixa da Banheira na península denominada Ponta da Passadeira encontrámos os vestígios de uma raríssima e bem conservada olaria do neolítico antigo evolucionado (3.000 AC) sob a qual um acampamento do paleolítico médio (cerca de 30.000 anos AC) torna o local ainda mais digno de interesse.”<sup>1</sup>

Um outro testemunho que prova o antigo povoamento da região é o sítio arqueológico do Gaio, onde uma intervenção conduzida sob a égide do “Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal”, nos dá conta de vários achados arqueológicos de grande importância para a região. Citando, “Uma das contribuições mais relevantes do estudo de ocupação neolítica do Gaio reside no facto de se ter exumado uma indústria em pedra lascada bem contextualizada e datável do Neolítico antigo evolucionado.”<sup>2</sup>

Portanto, sobre a pergunta que colocámos sobre a verdadeira idade de Alhos Vedros podemos dizer que embora esta região seja povoada há muitos milhares de anos, só se pode falar com propriedade sobre a existência de Alhos Vedros como um lugar cristão, ou seja, perto de meados do século XIII, numa altura posterior à conquista de lugares circundantes aos mouros.

Para sabermos mais sobre as origens de Alhos Vedros, estamos convencidos que só futuras pesquisas arqueológicas nos poderão fornecer mais informações, e até por isso se pode concluir da importância que a arqueologia pode ter na construção da nossa história local.

## **2ª Questão:**

### **Quando foi construído o núcleo original da Igreja Matriz de Alhos Vedros?**

Embora não se conheça a data certa da sua edificação, pensa-se que a Igreja Matriz de Alhos Vedros tenha sido construída no século XIII, contando, por isso, perto de 800 anos.

Há quem palpite que a construção do seu núcleo inicial tenha acontecido no século XII, em 1146 ou 1147<sup>3</sup>, e que tenha sido construído em cima de uma mesquita árabe que já existiria no povoado, então ocupado pelos mouros, mas a verdade é que não se pode afirmar com rigor que quer a Igreja, quer Alhos Vedros, pelo menos com este nome, tivessem origem pré-cristã.

É sabido que D. Sancho I concede em 1185 o território da zona ribeirinha do Tejo à Ordem de Santiago, sediada em Palmela, mas nada nos diz que à época já existisse uma Igreja em Alhos Vedros. O documento escrito mais antigo que refere a existência da Igreja Matriz é de 1298 não se podendo afirmar com rigor a data da sua construção. Mais uma vez, poderão vir a ter

---

1 SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita*, edição do autor, 2006, p.89, citado de MIRANDA, António Augusto Lobo de, *Comércio de Portugal, Interesses Locais*, 24 e 26 de Agosto de 1887, XIII e XIV.

2 Cf., ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, Edição Igreja Paroquial de Alhos Vedros, 2007 (3ª edição), p.129.

3 SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita*, edição do autor, 2006, p.89, citado de MIRANDA, António Augusto Lobo de, *Comércio de Portugal, Interesses Locais*, 24 e 26 de Agosto de 1887, XIII e XIV.

os nossos arqueólogos uma palavra a dizer sobre o assunto que nos permita afirmar com mais firmeza a data da sua construção.

### **3ª Questão:**

#### **Do velho concelho do Ribatejo ao Concelho de Alhos Vedros.**

Sabemos que desde o século XIII Alhos Vedros constituía um dos lugares de referência da margem sul do Tejo, naquele que era, então, designado por Concelho do Ribatejo. Deverá ser essa a razão porque a Moita ainda hoje se designa popularmente por Moita do Ribatejo.

Nesses tempos do antigo Concelho do Ribatejo, Alhos Vedros constituía conjuntamente com Santa Maria de Sabonha, hoje freguesia de S. Francisco pertença do Concelho de Alcochete, os dois principais centros territoriais do tempo.

Mas, como diz José Manuel Vargas, “Em meados do séc. XIV, Alhos Vedros caminhava no sentido da sua autonomia municipal, separando-se do concelho de Ribatejo, do qual era, junto com Sabonha, uma das suas sedes concelhias. Desde 1348, pelo menos, que se conhecem referências a um paço do concelho em Alhos Vedros...”<sup>4</sup>

Importante será dizer que nesta altura os direitos senhoriais de Alhos Vedros, desde que há memória, eram pertença da Ordem de Santiago, mas que, citando Vargas, “Por uma carta régia, datada de 1395 (28 de Agosto), sabemos agora que todos os direitos, rendas e senhorios de Alhos Vedros e do seu termo foram comprados por Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da Puridade de D. João I.”<sup>5</sup>

Ora, “escrivão da Puridade” era um cargo à época de altíssima importância na hierarquia da administração régia, um “quase” primeiro-ministro dos tempos atuais.<sup>6</sup>

Uma outra figura que nos surge ligada a Gonçalo Lourenço de Gomide, e a quem há-de caber parte dos bens patrimoniais que detinha em Alhos Vedros, é o seu neto Afonso de Albuquerque que foi governador e vice-rei da Índia, ou seja, a segunda figura do reino de Portugal por terras do Oriente. Continuando com Vargas, “Afonso de Albuquerque faleceu nesse ano de 1515 e foi sepultado na capela do Convento da Graça, mas anos mais tarde o seu filho Brás levou as ossadas do pai para a Quinta da Bacalhoa, em Azeitão. Os Albuquerques continuaram na posse de significativos bens em Alhos Vedros (...)”<sup>7</sup>

Podemos concluir, então, que por finais do século XIV, se não desde tempos mais recuados, Alhos Vedros era muito pretendida por gente da corte. Existem até fortes possibilidade de que também um dos filhos de D. João I tivesse palácio nesta banda do rio. Referimo-nos a D. Afonso, Conde de Barcelos, filho bastardo do Rei.

---

4 VARGAS, José Manuel, *Aspectos da História de Alhos Vedros (séculos XIV a XVI)*, Edição da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 2007, p.11.

5 idem, ibidem, p.14

6 Cf., PRÔA, Miguel Pires, *Escrivães da Puridade*, Blogue Gaveta com Saber, 11/10/2009 (url: <http://gavetacom saber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html>)

7 VARGAS, ibidem, p.19

Assim, a Gonçalo Lourenço de Gomide (o tal “primeiro ministro”) e ao seu neto Afonso de Albuquerque, podemos juntar, D. Afonso, filho bastardo do rei, e o próprio rei, D. João I que também por aqui andaram, de forma que podemos estabelecer relações seguras entre Alhos Vedros e algumas das principais figuras do reino à época.

#### 4ª Questão:

##### **Alhos Vedros, o rei D. João I e a “Ínclita Geração”**

Sabemos que D. João I está ligado à história da terra, porque aqui se terá refugiado em luto quando da morte da Rainha Filipa de Lencastre, acometida pela terrível peste, num Palácio onde viveu o tal filho bastardo, D. Afonso, Conde de Barcelos.<sup>8</sup> Por outro lado, D. Afonso era casado com D. Beatriz Pereira de Alvim, condessa de Barcelos (e de Arraiolos), filha única de Nuno Álvares Pereira e de Leonor de Alvim, a herdeira da casa mais opulenta do reino. Curiosamente, ou não, D. Beatriz morreu no mesmo ano que Filipa de Lencastre. Portanto, embora no caso de Nuno Álvares não o possamos comprovar documentalmente, é provável que também ele tenha andado por aqui com D. João I, eventualmente, arquitetando a partida para a conquista de Ceuta. Porventura, uma boa questão para ser explorada pelos nossos historiadores.

Estávamos em 1415 quando D. João I, em luto por sua mulher e em proteção contra a temível epidemia que se instalara no reino, se refugiou em Alhos Vedros, tendo ficado muito provavelmente, aqui no “Cais Velho”, no lugar onde ainda existe hoje o Palacete dos Condes de Sampaio que, porém, já não terá a edificação original que outrora tinha. Julga-se que esse palacete fosse propriedade de D. Afonso, seu filho ilegítimo, e de D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira. É verdade que não se pode afirmar com absoluta garantia que esse Palacete onde se instalou o Rei se localizava aqui no “Cais”, já que outras hipóteses têm sido avançadas, como a Quinta da Graça, mas, por nós, e de acordo com Francisco José Noronha dos Santos, estamos fortemente inclinados para que a sua localização fosse mesmo no Cais.<sup>9</sup>

Certo é que nessa altura aqui vieram os infantes dessa “ilustre geração”, onde debateram com seu pai e foi dada autorização para que se partisse à conquista de Ceuta, numa tentativa de empurrar mais para sul os árabes, continuando o movimento expansionista de reconquista territorial da Península Ibérica aos mouros que já vinha desde o início das “Cruzadas” cristãs. Acentue-se que a conquista de Ceuta costuma ser referida como a primeira etapa da expansão ultramarina portuguesa, constituindo por isso mesmo um acontecimento de extrema importância na história do país e, logo, de grande valor para a história local.

A “Ínclita Geração”, ou “Ilustre Geração”, adjetivação atribuída pelos historiadores aos filhos de D. João I e Filipa de Lencastre que sobreviveram até à idade adulta, é constituída por D.

---

<sup>8</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, 2º volume, p.638, cit. por ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, edição do autor, 1992, p. 38.

<sup>9</sup> Cf. SANTOS, Francisco José Noronha dos, “A Decisão” – D. João I em Alhos Vedros. *Considerações Finais*, Revista digital “Estudo Geral”, 7 de Dezembro de 2013 (<http://luis-eg.blogspot.pt/2013/12/a-decisao-d-joao-i-em-alhos-vedros.html> )

Duarte, futuro rei de Portugal, também escritor e poeta; D. Pedro, infante de reconhecido esclarecimento intelectual; o infante D. Henrique, o Navegador, figura de proa dos Descobrimentos Portugueses; D. Fernando, o infante Santo; D. João, condestável do reino; e a infanta Isabel, Duquesa de Borgonha.

Este foi sem dúvida um período áureo da história de Alhos Vedros. Entre outros atributos, sabe-se que a dimensão do território era apreciável estendendo-se entre os limites da Aldeia Galega (Montijo), Palmela e Coima; o número de habitantes era muito significativo para a época, falando-se em “oitocentos e tantos moradores”<sup>10</sup> e, entre eles, alguns senhores da alta nobreza; tinha direito de voto nos destinos do país quando se reuniam as “Cortes”; tinha duas Igrejas, várias ermidas e dois conventos; uma crescente atividade económica que se foi desenvolvendo desde os inícios da nação, onde pontifica um importante estaleiro naval que prolongava a atividade da Ribeira das Naus em Lisboa; uma importante indústria de cerâmica e de moagem, a que se juntava uma abundante produção agropecuária, muito sal, lenha e pedra da Arrábida, num período onde a navegabilidade do estuário do Tejo e a proximidade com Lisboa eram elementos cruciais de produção de riqueza.

E talvez tenha sido este também o seu período de maior apogeu até ao tempo em que recebe Carta de Foral pelo rei D. Manuel I, porque a epidemia da peste negra que grassou por todo o continente europeu também atingiu o nosso país e a nossa vila, tendo dizimado uma parte muito significativa da sua população. É sabido que trezentos anos depois Alhos Vedros contava só com aproximadamente um terço da população que teve neste período.

### 5ª Questão:

#### **Alhos Vedros e a Expansão Ultramarina Portuguesa, um filão a explorar**

D. Manuel I é, pois, um dos responsáveis por estarmos aqui hoje, porque comemoramos justamente os 500 anos em que essa tal Carta de Foral foi atribuída a Alhos Vedros. Não nos iremos deter em pormenores sobre a dita Carta de Foral, até porque já houve quem o fez nestas comemorações, e muito bem. Referimo-nos ao Dr. José Manuel Vargas e à Dra. Maria Clara Santos, aos quais aproveito para deixar os nossos parabéns pelo excelente trabalho que têm vindo a desenvolver sobre a história da região.

Mas além da atribuição da Carta de Foral é sabido que o próprio Rei esteve em Alhos Vedros. Sabemo-lo através de uma carta dirigida ao Rei por Gil Vicente, o pai do Teatro em Portugal, famosíssimo pelas suas inúmeras farsas literárias. Como nos diz Francisco José Noronha dos Santos, “Achando-se Gil Vicente em Santarém, aquando do terramoto de 26 de Janeiro de 1531, que abalou Lisboa e Vale do Tejo, «censurou num discurso os *sermões terríficos*, nos quais os *frades* de Santarém explicavam ao povo a *catástrofe* como resultado da *ira divina*. Então, referiu o facto ao rei, numa carta na qual se pronunciava também contra a perseguição movida aos Judeus (...) Essa missiva de Gil Vicente recebeu-a o monarca em Palmela, depois de ter passado por Alhos Vedros e aí ter pernoitado, antes de ter seguido para Coima.” E continuando com Noronha dos Santos, “Como era uso na época, a Corte transitava pelo País,

---

<sup>10</sup> ALVES, P. Carlos Póvoa, *Subsídios para a História de Alhos Vedros*, ed. do autor, 1992 (1ª edição), p.18.

*assentando arraiais* em diversas *povoações*: vilas e cidades, de Norte a Sul do Reino. Gil Vicente tomava, invariavelmente, parte nessas viagens. «São conhecidas as localidades seguintes frequentadas pela Corte e quase sempre por Gil Vicente (...), durante o reinado de D. Manuel I de Portugal e do seu sucessor, o rei D. João III: Lisboa, Almeirim, Abrantes, Chamusca, Sintra, Torres Vedras, Évora, Alhos Vedros, Castro Verde, Lavradio, Benavente, Alcochete, Aldeia Galega, Tomar, Barreiro, Palmela...»<sup>11</sup> Assim, parece que podemos dizer sem medo de errar que Alhos Vedros era ao tempo lugar de residência da Corte, e que também Gil Vicente teria por cá passado.

Um outro episódio fulcral da história de Portugal no tempo do reinado de D. Manuel I, igualmente muito curioso, e a partir do qual podemos estabelecer relação com a nossa história, é a Viagem descobrimento do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, esse feito maior da história nacional.

Hoje conhecemos os pormenores dessa célebre viagem pela famosa crónica que a descreve, pressupostamente elaborada por Álvaro Velho, o presumido autor do diário de bordo “Roteiro da Índia”, pois que assim se chama o texto que nos é legado. O cronista era natural do Barreiro, na altura um lugar que pertencia ao Concelho de Alhos Vedros. Como é sabido, o Barreiro é um dos filhos de primeira geração do Concelho de Alhos Vedros, pois que deste se viria a autonomizar em 1521 através de Carta de Foral atribuída igualmente por D. Manuel I.

E por falarmos na descoberta do caminho marítimo para a Índia, é possível identificar em Alhos Vedros um conjunto de outros sinais muito significativos relacionados com Expansão Ultramarina Portuguesa. Referimo-nos, por exemplo, ao estaleiro de construção naval que existia na Telha, onde se repararam e construíram muitas caravelas que foram às descobertas que constituía, como se disse, um estaleiro de retaguarda da Ribeira das Naus, ou aos fornos de cerâmica e de biscoitos que existiam, respetivamente, na Mata da Machada e no Vale de Zebro, e aqui onde se produzia o indispensável alimento cerealífero que acompanhava os nautas nas suas viagens pelo mundo fora.

Estamos em crer que as relações que se podem estabelecer entre Alhos Vedros e a Expansão Ultramarina Portuguesa, ainda muito ocultas ao nível dos pormenores, constituem um autêntico filão de crucial importância para a valorização da história local, até pelas potencialidades de riqueza económica e turística que contêm em si.

## **6ª Questão:**

### **A “Ilha dos Amores”: entre Alhos Vedros e o Barreiro**

Podemos dizer, então, que o nosso cronista Álvaro Velho, um barreirense de Alhos Vedros, à semelhança dos outros nautas que foram na Viagem do Gama, e seguindo o Canto IX dos *Lusíadas*, de Luís de Camões (1524-1580), também terá entrado na tal “Ilha dos Amores”.

---

<sup>11</sup> Cf. SANTOS, Francisco José Noronha dos, *Gil Vicente e Alhos Vedros*, <http://luis-eg.blogspot.pt/2014/06/gil-vice-e-alhos-vedros.html>

Como diz Agostinho da Silva, “Aqueles marinheiros portugueses, aquela esquadra de Gama que volta, (...) é uma Deusa de fora, é a força interna do mundo, é a máquina interna da História que leva a Ilha dos Amores para diante dos navios portugueses. (...) Camões dá este conselho pedagógico aos portugueses: «os meus amigos, se querem alcançar o Céu na Terra, tratem do seu navio, mantendo-o em ordem, com disciplina a bordo, porque um dia a Ilha dos Amores aparece» (...) É como se eles tivessem entrado em alguma coisa na qual tivessem plena licença de serem homens inteiramente livres. São as Ninfas, é a comida, é a paisagem, são os passeios, o encanto das conversas, tudo isso há. Portanto, para Camões, um projecto de futuro inclui uma inteira liberdade do homem e um inteiro gosto do homem pela apreciação dos fenómenos.”<sup>12</sup> E mais à frente continua Agostinho, “na Ilha dos Amores acontece uma coisa muito curiosa, das tais Deusas, vem a possibilidade deles descobrirem o futuro. Os marinheiros portugueses ouvem, da Deusa, aquilo que será o futuro da História de Portugal. Ao mesmo tempo que estão presos a fenómenos libertam-se da tal cadeia do Tempo.”<sup>13</sup>

Mas, deixando os Lusíadas e a Ilha dos Amores, há um livro de Luís de Camões onde se faz referência a Alhos Vedros e ao Barreiro. Trata-se de um Auto, ou Farsa, intitulado “El-Rei Seleuco”, de data desconhecida e que só vem a público em 1654, onde Luís de Camões satiriza relações conjugais da vida da corte.

Numa breve sinopse da peça, a jovem esposa do rei Seleuco é também desejada pelo filho deste, Antíoco, de forma que para evitar uma crise dinástica, o rei num ato heroico cede a sua mulher ao filho.

Logo no início do Prólogo do Auto, diz o Mordomo (que Luís de Camões deixa a possibilidade de na dramaturgia ser substituído pelo dono da casa), uma das personagens da comédia: “Eis, Senhores, o Autor, por me honrar nesta festival noite, me quis representar uma farsa; e diz que, por não se encontrar com outras já feitas, buscou uns novos fundamentos para a quem tiver um juízo assim arreoado satisfazer. E diz que quem se dela não contentar, querendo outros novos acontecimentos, que se vá aos soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova do Boticário; e não lhe faltará que conte.”<sup>14</sup>

Portanto, a pergunta que se impõe, em termos da importância que este Auto terá para a história local, é a seguinte: Porque será que, quem não se satisfizer com o que fica registado nesta farsa, diz Luís de Camões, poderá saber mais destas satíricas relações entre a alta nobreza, nos “soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova em casa do Boticário”? O que será que existia de comum entre estas tramas amorosas de representantes da alta nobreza e Alhos Vedros e Barreiro? O autor parece relacionar os criticáveis episódios dessa alta nobreza com Alhos Vedros...

A resposta, porém, escapa-nos e, a partir daqui, pouco mais poderíamos fazer do que simples suposições, mas até pode ser que alguém mais documentado na investigação da história da nossa região, possa acrescentar algo de mais concreto a que nós não conseguimos chegar.

---

<sup>12</sup> MENDANHA, Vítor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Pergaminho, Lisboa, 1994, pp. 74-76

<sup>13</sup> Cf., idem, ibidem, p.78

<sup>14</sup> LIMA, Augusto C. Pires de Lima, *El-Rei Seleuco, Luís de Camões*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, 3ª edição, pp.45-46.

## Conclusão

1. A História de Alhos Vedros estende-se até às origens do país e desenvolve-se com ele. Note-se que quando estamos a falar de Alhos Vedros no século XIII, estamos necessariamente a falar de uma região que se alarga aos concelhos atuais de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro, pois que todos eles integravam o velho concelho do Ribatejo, do qual Alhos Vedros constituía com Santa Maria de Sabonha (atual S. Francisco) as duas sedes principais desse concelho.

Para que se possa avançar mais no conhecimento das origens de Alhos Vedros e região, caberá aos nossos arqueólogos um papel fundamental, já que a escassez de documentos escritos, muito provavelmente não permitirá aos historiadores recuar muito mais para trás no tempo do que aquilo que já se conseguiu. Existe um hiato enorme entre o tempo que nos é dado pela história local sobre as origens de Alhos Vedros e o povoamento da região assinalado pelos estudos arqueológicos que remontam, pelo menos, ao Neolítico (30 mil anos atrás), o qual nos é absolutamente desconhecido.

Por agora, apenas se pode dizer que o documento escrito mais antigo que se conhece sobre Alhos Vedros data de meados do século XIII e o documento mais antigo sobre a Igreja Matriz data de 1298 e que, portanto, antes desse tempo não é possível comprovar a existência de Alhos Vedros.

2. No século XIV Alhos Vedros ganha autonomia face ao velho Concelho do Ribatejo e constitui um concelho próprio. Os limites desse concelho são entre a Aldeia Galega, Palmela e Coia Antiga.

3. Podem-se estabelecer um conjunto de fortes relações do concelho de Alhos Vedros com a Expansão Ultramarina Portuguesa, quer a partir de importantes figuras históricas que por ele passaram ou habitaram, tal como a partir de alguns núcleos de relevante importância económica, como eram os fornos os biscoitos em Vale de Zebro, o estaleiro naval da Telha da Ribeira das Naus, ou os fornos de cerâmica da Mata da Machada, todos com relação intrínseca aos Descobrimentos Portugueses.

4. É verdadeiramente impressionante a lista de figuras de relevo da história de Portugal que se podem relacionar com Alhos Vedros:

- D. Dinis, rei de Portugal, e a indústria naval

- Gonçalo Lourenço de Gomide, “escrivão da puridade” (equivalente a um 1º ministro dos tempos atuais), avô de Afonso de Albuquerque governador e vice-rei da Índia

- D. João I, o Mestre de Avis, rei de Portugal

- A Ínclita Geração: D. Duarte, futuro rei de Portugal; Infante D. Henrique, Grão-Mestre da Ordem de Cristo e figura de proa da Expansão Ultramarina, etc. (filhos de D. João I)

- D. Afonso, Conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I (que sabemos estava com o Rei em Alhos Vedros quando do luto da Rainha Filipa de Lencastre...), casado com D. Beatriz, a filha do Condestável do Reino D. Nuno Álvares Pereira que, por via disso, também talvez tenha por cá andado.

- Álvaro Velho, o provável cronista da Viagem de Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia por Vasco da Gama
- D. Manuel, Rei de Portugal, o outorgante da Carta de Foral que sabemos esteve por cá através de carta de Gil Vicente, o pai do Teatro em Portugal
- Afonso de Albuquerque, governador e vice-rei da Índia, neto de Gonçalo Lourenço de Gomide, um dos grandes senhores de Alhos Vedros
- Luís de Camões e as suas referências a Alhos Vedros na sua farsa “El-Rei Seleuco”.

5. Pode, pois, concluir-se dizendo que muita coisa já se conhece sobre a história de Alhos Vedros e da região, mas que muito ainda estará por descobrir, muito também carecendo de confirmação científica.

Parece-nos inegável o relevante valor da nossa história e o potencial desenvolvimento social e económico que daí poderá advir. Neste sentido, precisamos de avançar o mais possível para a conservação do património que ainda resta, cuidar da preservação da memória, mais descobrir para mais acrescentar, afinal, tratar da história do futuro que é o que mais interessa.

Assim, aproveitamos a presença do Sr. Presidente da Câmara Rui Garcia para lhe sugerir o quanto seria importante conseguirmos recuperar O Palacete dos Condes de São Paio, um testemunho patrimonial de primeira água da nossa história local, lugar onde com elevada probabilidade ficou D. João I e onde conjuntamente com seus filhos, a célebre “Ínclita Geração”, terão decidido partir à conquista de Ceuta, naquela que é considerada a primeira etapa da Expansão Ultramarina Portuguesa, uma das grandes realizações de Portugal no mundo.

Out./Nov. 2014

Luís Carlos Santos

Professor da Escola Superior de Educação de Setúbal

## Referências Bibliográficas

- ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, edição do autor, 1992
- BORGES, Paulo, *É a Hora! A mensagem da Mensagem de Fernando Pessoa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2013
- FONSECA, Branquinho da, *As Grandes Viagens Portuguesas*, Manuscrito Editores, Sintra, 1984
- GONZALEZ, António Guilherme Branco, *Prospecções arqueológicas em locais de obras no Concelho da Moita e seu acompanhamento*, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp.61-66
- LIMA, Augusto C. Pires de Lima, *El-Rei Seleuco, Luís de Camões*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, 3ª edição
- MENDANHA, Vítor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Pergaminho, Lisboa, 1994
- PRÔA, Miguel Pires, *Escrivães da Puridade*, Blogue Gaveta com Saber, capturado em 11/10/2009 (url: <http://gavetacom Saber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html>)
- SANTOS, Francisco José Noronha dos, *A Decisão, D. João I em Alhos Vedros – Julho de 1415*, edição do autor, 2011
- SANTOS, Francisco José Noronha dos, *“A Decisão” – D. João I em Alhos Vedros. Considerações Finais*, Revista digital “Estudo Geral”, 7 de Dezembro de 2013 (<http://luis-eg.blogspot.pt/2013/12/a-decisao-d-joao-i-em-alhos-vedros.html> )
- SANTOS, Maria Clara e VARGAS, José Manuel (Estudo, Transcrição paleográfica e notas), *Foral de Alhos Vedros*, Edição Câmara Municipal da Moita, 2000
- SILVA, Teresa Rosa (organização), *I Jornadas de História e Património Local*, Edição Câmara Municipal da Moita, 2004
- SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita*, vol. 1 e 2, edição do autor, 2005/2006
- SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares, GONZALEZ, António, Gaio: Um Sítio do Neolítico Antigo do Estuário do Tejo, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp. 37-60
- VARGAS, José Manuel, *O Antigo Concelho do Ribatejo*, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp.119-124
- Idem, *Aspectos da História de Alhos Vedros (séculos XIV a XVI)*, Edição da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 2007